



CARTA COLETIVA DA ROCINHA EM DEFESA DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Moradores, lideranças locais e profissionais representantes dos espaços de atendimento às crianças pequenas da Rocinha, mobilizados em defesa da Primeira Infância,

CONSIDERANDO que é prioridade absoluta garantir os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, conforme estabelecido pelo **art. 227 da Constituição Federal**, regulamentado pela **Lei n° 8.069** de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

CONSIDERANDO a prioridade plena em garantir os direitos da criança, do adolescente e do jovem, que suscita como dever do Estado o estabelecimento de políticas, planos, programas, e serviços para a primeira infância que atendam as especificidades dessa faixa etária, buscando assegurar seu desenvolvimento integral, conforme as diretrizes do art. 3º da Lei 13.257 de 8 de março de 2016 - **Marco Legal da Primeira Infância**.

CONSIDERANDO que a Lei 13.146 de 2015, Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência, assegura a presença do profissional de apoio escolar (mediador), sendo a sua função direcionada tanto para as atividades de alimentação, higiene e locomoção, quanto nas atividades escolares.

CONSIDERANDO a importância da implementação da **Lei 10.639 de 2003 e da Lei 11.645 de 2008**, que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, para incluir a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas. Ressaltando a importância da cultura negra e indígena na formação social brasileira, sendo um importante instrumento para construção de uma Sociedade antirracista.

CONSIDERANDO as consultas realizadas pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio), no âmbito do **"Projeto Primeira Infância Participativa e Inclusiva"**, que, entre 2020 e 2023, realizou 56 entrevistas junto a moradores da Rocinha e profissionais que atuam no local; consultou 30 crianças com idades entre 3 e 7 anos; realizou 4 rodas de conversas que reuniram mais de 200 pessoas; contribuiu para a formação de um grupo consultivo comunitário; e lançou 10 informes de pesquisa **"Se liga na Rocinha!"**, destacando os resultados do projeto e os principais desafios da comunidade abaixo relacionados.

CONSIDERANDO as seguintes questões levantadas pela comunidade sobre a qualidade de vida e bem-estar das crianças pequenas:

- O número de vagas em creches e pré-escolas públicas na Rocinha é insuficiente para atender a demanda da comunidade;
- Falta diálogo entre pais e profissionais de creches e pré-escolas;
- Importante cuidar das crianças com respeito à diversidade, com profissionalismo e ampliando as oportunidades de diálogo entre instituições e famílias.

SOLICITAMOS aos órgãos públicos:

- **Ampliação urgente do número de vagas em creches e pré-escolas públicas na Rocinha ou no seu entorno.** É importante que seja garantido às crianças pequenas e suas famílias acesso à escola próxima de sua residência, evitando gastos com transporte e tempos excessivos de deslocamento.
- **Fortalecimento do diálogo com as famílias pelos equipamentos públicos de atendimento às crianças da Rocinha.** Os moradores apontam a falta de escuta, de acolhimento e de uma melhor compreensão sobre os diversos arranjos familiares que compõem a Rocinha, o que dificulta a participação dos moradores nesses espaços.
- **Formação continuada dos profissionais das áreas de educação, saúde, assistência social, esporte e lazer,** com objetivo de qualificar os espaços de atendimento às crianças pequenas da Rocinha, buscando percebê-las e ouvi-las em sua relação com o seu território, com sua comunidade e com suas famílias, respeitando a diversidade das infâncias.

CONSIDERANDO as seguintes questões levantadas pela comunidade sobre as crianças com deficiência e/ou questões de saúde mental:

- Faltam recursos e serviços de qualidade acessíveis, com profissionais especializados, em resposta às demandas das crianças e suas famílias;
- Destacada a importância da mobilização social frente ao tema da saúde mental.

SOLICITAMOS aos órgãos públicos:

- **Instalação de um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) na Rocinha**, uma vez que o equipamento público mais próximo está localizado no bairro de Botafogo e atende as demandas da região do Centro e parte da zona sul. Essa situação impossibilita a garantia efetiva de atendimento especializado em saúde mental e de forma continuada às crianças pequenas da Rocinha e suas famílias. Essa reivindicação também foi apontada no "Desenrola Rocinha", atividade realizada em agosto deste ano, pela equipe do Jornal Fala Roça, que reuniu moradores para discutir formas de melhorar a vida de pessoas com deficiência no território.
- **Ampliação do número de mediadores em creches e pré-escolas públicas para o apoio às crianças pequenas com deficiência e/ou questões de saúde mental**, visando a garantia de uma educação inclusiva. É de suma importância que as crianças que estão em construção de diagnóstico em saúde mental, sendo acompanhadas pela Rede de Atenção Psicossocial, também tenham a garantia de mediador(a) nas escolas. Igualmente necessário é fortalecer o diálogo entre as equipes profissionais e gestores da saúde e da educação sobre o assunto, buscando facilitar o diálogo e as orientações prestadas às famílias.
- **Oferta de capacitação continuada e suporte emocional aos profissionais de creche e pré-escola** que lidam diretamente com as crianças em sala de aula.
- **Garantia de atendimento especializado de forma estratégica e contínua às crianças pequenas da Rocinha com deficiência e/ou questões de saúde mental**, conforme a necessidade e avaliação de cada criança, em formato de atendimento individual e em grupo, garantindo articulação com os diferentes níveis de atenção em saúde, as famílias e demais redes de proteção. As mães e outros familiares que acompanham diretamente as crianças apontam a necessidade de apoio e suporte emocional.
- **Organização de campanhas de conscientização sobre o tema da pessoa com deficiência e/ou questões de saúde mental nos equipamentos públicos de atendimento da Rocinha**. É urgente que este tema seja amplamente discutido, considerando as especificidades territoriais da comunidade.

CONSIDERANDO as seguintes questões levantadas pela comunidade sobre a importância da educação antirracista:

- A educação infantil é um espaço importante para abordagens que favoreçam as expressões das identidades de todas as crianças e as formas de convivência e relações respeitadas;
- Importante incidir politicamente em torno do cumprimento da Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, criada com intuito de estabelecer o ensino obrigatório da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas.

SOLICITAMOS aos órgãos públicos:

- **Formação e capacitação de profissionais, distribuição de materiais e construção de projetos políticos pedagógicos que contemplem a educação antirracista e fortaleçam a diversidade das identidades étnico-raciais e culturais das crianças pequenas**, valorizando suas potencialidades, singularidades, autoestima e bem viver.
- **Criação de uma política de prevenção e enfrentamento do racismo nas escolas**, considerando as especificidades do território, com ações pedagógicas de apoio as crianças pequenas e suas famílias no cotidiano escolar. Importante pensar em medidas que favoreçam a implementação e o monitoramento dessas ações.

Para mais informações sobre este documento, entrar em contato com Leandro: (21) 98266-7045

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2023.